



Prefeitura Municipal de Monte Sião

Rua Maurício Zucato, 111 – Centro, Monte Sião/MG. CEP 37580-000
Telefone: (35) 3465-4600 – e-mail: mplacommun@montesião.mg.gov.br



TERMO DE REFERÊNCIA

Este documento foi elaborado pelo Departamento de Obras Urbanas e Rurais, auxiliado pela área de contratação do Município de Monte Sião - MG, a fim de garantir que as contratações estejam em consonância com as necessidades relativas às perfeitas prestações de serviços e aquisições de insumos, atendendo os requisitos do art. 6º, inciso XXIII, alíneas “a, b, c, d, e, f, g, h, i, j”, da Lei 14.133/21, tal qual o art. 40, § 1º, incisos I, II, e III desta mesma legislação. Ademais, é importante frisar que este é um acessório que visa o detalhamento da solução apontada no Estudo Técnico Preliminar, que por sua vez foi embasado nas necessidades aferidas pelo Documento de Formalização de Demanda.

1. OBJETO (conforme art. 6º, XXIII, “a”, da Lei 14.133/21):

Contratação de empresa especializada em carregamento e transporte de resíduos sólidos urbanos, estes produzidos pela cidade de Monte Sião, com características suficientemente capazes de atender às demandas específicas da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente.

2. DESCRIÇÃO DETALHADA DOS ITENS (conforme art. 6º, XXIII, “a”, e art. 40, § 1º, Inciso I, da Lei 14.133/21):

Tabela 1- Quantitativo mensurado





Prefeitura Municipal de Monte Sião

Rua Maurício Zucato, 111 – Centro, Monte Sião/MG. CEP 37580-000
Telefone: (35) 3465-4600 – e-mail: mpl@montesiao.mg.gov.br



Item	Descrição	Quant.	Unid.	Valor unitário	Valor total
01	SERVIÇO DE CARREGAMENTO DE RSU O carregamento dos resíduos será realizado no pátio de transbordo localizado no bairro Rio das Pedras no Município de Monte Sião/MG, utilizando uma escavadeira hidráulica sobre esteiras ou pá carregadeira. O equipamento deverá atender às seguintes especificações mínimas: escavadeira hidráulica sobre esteiras terá peso operacional de no mínimo 12.000 kg, caçamba de no mínimo 0,70 m³, motor diesel com potência mínima de 130 HP, sapatas de garra tripla de 700 mm, lança de 4.600 mm, braço de 2.500 mm e profundidade máxima de escavação de 5.550 mm. Já na pá carregadeira, peso operacional de no mínimo 12.000 kg, caçamba de no mínimo 1,5 m³, motor a diesel com potência mínima de 95 HP.	160	SV	R\$ 4.466,67	R\$ 714.667,20
02	SERVIÇO DE TRANSPORTE DE RSU ENTRE MONTE SIÃO O presente tem como objetivo a contratação de serviços de transporte e carregamento de resíduos sólidos urbanos (RSU) do pátio de transbordo localizado no bairro Rio das Pedras no Município de Monte Sião/MG. O Local de destinação final desses resíduos é a empresa Sete Tecnologia em Tratamento de Resíduos LTDA, vencedora do Pregão Presencial de nº 53/2021. A empresa está localizada no município de Casa Branca - SP 118 Km de distância do pátio de transbordo de Monte Sião – MG. O transporte deverá atender a uma capacidade mínima transportada de 24 toneladas por dia, podendo oscilar entre 20 e 30 toneladas devido a demandas específicas. O veículo utilizado deverá ser, no mínimo, um 6x4 traçado, e o equipamento permitido será Romeu e Julieta roll on roll off (2 caçambas de 30 m³) ou carreta caçamba LS, com capacidade mínima de 35 m³. A empresa deverá disponibilizar de mais 2 (duas) caçambas estacionadas ou 1 (uma) carreta caçamba LS para armazenamento dos resíduos deverão ter o mesmo volume citado acima, garantindo a substituição ágil de caçambas cheias por vazias sem comprometer as atividades diárias de coleta.	160	SV	R\$ 9.666,67	R\$ 1.546.667,20

3. PRAZO DA CONTRATAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura, na forma do artigo 105 da Lei n.º 14.133, de 2021.





Prefeitura Municipal de Monte Sião

Rua Maurício Zucato, 111 – Centro, Monte Sião/MG. CEP 37580-000
Telefone: (35) 3465-4600 – e-mail: pm.montesião@montesião.mg.gov.br



4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “b”, e art. 40, § 1º, Inciso I, da Lei 14.133/21):

4.1. O Município tem a necessidade de destinar corretamente todos os resíduos produzido pela população, tendo em vista que Monte Sião não tem um aterro sanitário licenciado e não tem um veículo apropriado para atender toda a demanda, para o transporte de todo o resíduo sólido proveniente da cidade de Monte Sião-MG, atendendo o processo judicial sob nº 0007620-92.2017.8.13.0434.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (art. 6º, XXIII, “c”, da Lei 14.133/21):

5.1. A solução preferida se dá pela contratação de empresa especializada em carregamento e transporte de resíduos sólidos urbanos (RSU). Sendo esta contratação dividida em dois itens distintos, I: Serviço de Carregamento e Transporte de RSU entre Monte Sião para SETE e II: Serviço de Carregamento de RSU. Necessitam ser transportadas aproximadamente 24 toneladas de resíduos sólidos todos os dias, podendo ser alterada para mais ou menos, dependendo do dia e período do ano. Essa quantidade calculada é uma expectativa, sabendo que a média de lixo produzida por habitante no Brasil é de 800 a 1.200 gramas/dia (leva-se em conta a população total de Monte Sião em 24.089 habitantes). Diante disso, o local de destinação final desses resíduos é a empresa Sete Tecnologia em Tratamento de Resíduos LTDA, vencedora do Pregão Presencial de nº 53/2021. A empresa está localizada no município de Casa Branca - SP, 118 km de distância do pátio de transbordo localizado no Bairro Rio das Pedras na Cidade de Monte Sião – MG. Assim, as especificações de maquinário e potência estão descritas tanto no Estudo Técnico Preliminar, quanto resumidas na tabela 1 deste documento.

6. DOS DEVERES DA CONTRATADA:

6.1. A Contratada obriga-se a:

6.1.1. A empresa registrada poderá subcontratar os serviços de transporte dos resíduos até o local de tratamento e disposição final, permanecendo, no entanto, como única responsável pelos mesmos, perante a Prefeitura Municipal de Monte Sião/MG. Considerar-se-á como ponto de partida inicial para conta o transbordo de Monte Sião (Coordenadas: 22°24'36.2"S 46°37'05.1"W). Bem como, será considerado como ponto final para contagem da





Prefeitura Municipal de Monte Sião

Rua Maurício Zucato, 111 – Centro, Monte Sião/MG. CEP 37580-000
Telefone: (35) 3465-4600 – e-mail: mplacommun@montesião.mg.gov.br



quilometragem, a chegada ao Município de Monte Sião/MG, no local exato em que se iniciou. No entanto, será contabilizada em viagens, computada quando haja registro de entrada no aterro sanitário;

6.1.2. Deverão ser locadas dentro do custo da prestação de serviços, duas caçambas de no mínimo 35m³ (trinta e cinco metros cúbicos), para o Município de Monte Sião, que deverão ser entregues em até 10 (dez) dias após a assinatura do Contrato, no transbordo de Monte Sião ou outro local designado pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, sem alteração do valor acordado;

6.1.3. A Contratada deve apresentar MTR, condizente com a Portaria nº 280, de 29 de junho de 2020, em seus artigos:

Art. 2º A utilização do MTR é obrigatória em todo o território nacional, para todos os geradores de resíduos sujeitos à elaboração de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, conforme disposto no art. 20 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, como ferramenta online capaz de rastrear a massa de resíduos, controlando a geração, armazenamento temporário, transporte e destinação dos resíduos sólidos no Brasil.

§ 2º Os responsáveis por plano de gerenciamento de resíduos sólidos, sejam pessoas jurídicas de direito público ou privado, ficam obrigadas a manter atualizadas as informações sobre operacionalização e implantação dos seus planos, na forma deste regulamento.

Além de dispor sobre a necessidade do MTR para serviços específicos, como:

Art. 3º Para os efeitos desta Portaria e para a utilização do MTR, além das definições estabelecidas pela Lei nº 12.305, de 2010, entende-se por:

XXVII - Resíduos sólidos urbanos: os provenientes de atividades domésticas em residências urbanas (resíduos domiciliares) e os originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana (resíduos de limpeza urbana); e

XXVIII - Transportador: pessoa física ou jurídica que realiza o transporte de resíduos.

Assim, fica de responsabilidade do fornecedor de serviço a expedição de tal documento, segundo a mesma lei:

Art. 7º O gerador é o responsável exclusivo por emitir o formulário do MTR no SINIR, para cada remessa de resíduo para destinação.

§ 1º Todos os campos do MTR devem ser preenchidos no SINIR pelo gerador excetuando-se, se necessário, os campos de placa do veículo, nome do motorista e data do transporte, que podem ser preenchidos manualmente na saída do veículo com a carga de resíduos.

Art. 10º

§ 3º É de responsabilidade do destinador a emissão do Certificado de Destinação Final (CDF), assegurando ao gerador a destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos recebidos.

§ 4º O CDF somente será válido e reconhecido pelos órgãos ambientais competentes, quando emitido através do MTR.





Prefeitura Municipal de Monte Sião

Rua Maurício Zucato, 111 – Centro, Monte Sião/MG. CEP 37580-000
Telefone: (35) 3465-4600 – e-mail: mplacassermonte@montesião.mg.gov.br



6.1.4. A Contratada realizará o recolhimento de todos os resíduos sólidos que estejam dispostos para a coleta nas caçambas locadas, conforme NBR nº 10.004 - Resíduos Classe IIA;

6.1.5. O prestador de serviço deverá cumprir com as exigências mínimas no transporte do material, segundo a NBR 13.221:

O transporte deve ser feito por meio de equipamento adequado, obedecendo às regulamentações pertinentes. O estado de conservação do equipamento de transporte deve ser tal que, durante o transporte, não permita vazamento ou derramamento do resíduo. O resíduo, durante o transporte, deve estar protegido de intempéries, assim como deve estar devidamente acondicionado para evitar o seu espalhamento na via pública ou via férrea. Os resíduos não podem ser transportados juntamente com alimentos, medicamentos ou produtos destinados ao uso e/ou consumo humano ou animal, ou com embalagens destinados a estes fins. O transporte de resíduos deve atender à legislação ambiental específica (federal, estadual ou municipal), quando existente, bem como deve ser acompanhado de documento de controle ambiental previsto pelo órgão competente, devendo informar o tipo de acondicionamento, conforme o anexo A. Caso seja usado o código E08-Outras Formas, deve ser especificada a forma utilizada de acondicionamento. As embalagens de resíduos devem atender ao disposto na NBR 7500. A descontaminação dos equipamentos de transporte deve ser de responsabilidade do gerador e deve ser realizada em local(is) e sistema(s) previamente autorizados pelo órgão de controle ambiental competente.

6.1.6. Caberá à Contratada executar rigorosamente a coleta e o transporte dos Resíduos Sólidos Urbanos até Aterro Sanitário devidamente licenciado, deixando duas caçambas vazias sempre que realizar a coleta e o transporte das que estiverem cheias;

6.1.7. A Contratada deve se comprometer às exigências condizentes com a lei nº 12.305, a qual define a Política Nacional de Resíduos Sólidos:

Art. 8º - São instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, entre outros XVII - no que couber, os instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente, entre eles:

- a) os padrões de qualidade ambiental;
- b) o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais;
- c) o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental;
- d) a avaliação de impactos ambientais;
- e) o Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente (Sinima);
- f) o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras.

6.1.8. O serviço de retirada das caçambas deverá ser realizado no mínimo 1 (vez) vez por semana, de acordo com a necessidade da contratante, em veículo devidamente regularizado;

6.1.9. O fornecimento de todos os recursos associados à eficiente execução do Contrato é de responsabilidade da Contratada;





Prefeitura Municipal de Monte Sião

Rua Maurício Zucato, 111 – Centro, Monte Sião/MG. CEP 37580-000
Telefone: (35) 3465-4600 – e-mail: mplacommun@montesião-mg.gov.br



6.1.10. A Contratada deve avaliar seu porte e suas exigências no âmbito de licenciamento ambiental, segundo volume, complexidade e tipo de RSU:

Art. 8º – Constituem modalidades de licenciamento ambiental:

I – Licenciamento Ambiental Trifásico – LAT: licenciamento no qual a Licença Prévia – LP, a Licença de Instalação – LI e a Licença de Operação – LO da atividade ou do empreendimento são concedidas em etapas sucessivas;

II – Licenciamento Ambiental Concomitante – LAC: licenciamento no qual serão analisadas as mesmas etapas previstas no LAT, com a expedição concomitantemente de duas ou mais licenças;

III – Licenciamento Ambiental Simplificado: licenciamento realizado em uma única etapa, mediante o cadastro de informações relativas à atividade ou ao empreendimento junto ao órgão ambiental competente, ou pela apresentação do Relatório Ambiental Simplificado – RAS, contendo a descrição da atividade ou do empreendimento e as respectivas medidas de controle ambiental.

§1º – Na modalidade de LAC a licença será emitida conforme os seguintes procedimentos:

I – análise, em uma única fase, das etapas de LP, LI e LO da atividade ou do empreendimento, denominada LAC1;

II – análise, em uma única fase, das etapas de LP e LI do empreendimento, com análise posterior da LO; ou, análise da LP com posterior análise concomitante das etapas de LI e LO do empreendimento, denominada LAC2.

§2º – Quando enquadrado em LAC1, o empreendedor poderá requerer que a análise seja feita em LAC2, quando necessária a emissão de LP antes das demais fases de licenciamento.

§3º – A LI e a LO poderão também ser concedidas de forma concomitante quando a instalação implicar na operação do empreendimento, independentemente do enquadramento inicial da atividade ou empreendimento.

6.1.11. Os serviços de disposição final dos resíduos sólidos serão medidos e remunerados pela Prefeitura Municipal de Monte Sião por viagens, a pesagem deverá ser registrada na entrada do destino final e emissão de relatório, para o cálculo do pagamento da viagem e de fiscalização.

6.1.12. Deverá ser encaminhada à Prefeitura, semanalmente ou ao final de cada mês, uma cópia do relatório de pesagem de cada viagem descarregada no aterro. O local que a empresa contratada dispor os resíduos deverá possuir licença de operação SEMAD, bem como licenças ambientais tais como licença de operação.

6.1.13. Deverão ser recolhidos todos os resíduos sólidos urbanos que estejam dispostos para a coleta nas caçambas locadas, conforme definidos na NBR nº10.004- Resíduos Classe II:

Para a execução dos serviços de locação de caçambas, coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos domiciliares até o local do aterro sanitário, pertinentes ao Termo de Referência, a Contratada deverá obedecer aos requisitos abaixo relacionados.





Prefeitura Municipal de Monte Sião

Rua Maurício Zucato, 111 – Centro, Monte Sião/MG. CEP 37580-000
Telefone: (35) 3465-4600 – e-mail: mpl@montesião.mg.gov.br



6.1.14. Os veículos deverão ter capacidade de carga adequada aos equipamentos utilizados;

6.1.15. Os veículos deverão ser carregados de maneira que o lixo não transborde, caso haja o derramamento de lixo e/ou “chorume”. Deverá a contratada efetuar de imediato a limpeza, inclusive lavando o local, se necessário. Sendo ela a responsável direta por quaisquer danos causados;

6.1.16. O motorista ou outro profissional designado pela Contratada deverá ser responsabilizado pelo preenchimento correto, regular e sistemático de todos os formulários padronizados, inerentes à atividade de transporte das caçambas e destinação final;

6.1.17. É imprescindível que seja garantida pela empresa contratada a devida agilidade na operação de transporte dos resíduos, em qualquer época do ano, de forma a não resultar em atrasos desnecessários e prejudiciais ao fluxo da atividade de coleta de resíduos sólidos;

6.1.18. Obrigar-se pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional de pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias;

6.1.19. Responder integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do art. 70 do Código de Processo Civil, no caso de, em qualquer hipótese, empregados da CONTRATADA intentarem reclamações trabalhistas contra a CONTRATANTE.

7. DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE:

7.1. O Contratante tem responsabilidade de:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

7.1.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

7.1.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, tendo como base as Normas Brasileiras Regulamentadoras (NBR) que se apliquem a RSU, como, por exemplo, a NBR 13.221, 13.463, entre outras;

7.1.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições





Prefeitura Municipal de Monte Sião

Rua Maurício Zucato, 111 – Centro, Monte Sião/MG. CEP 37580-000
Telefone: (35) 3465-4600 – e-mail: prefeitura@montesião.mg.gov.br



estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.1.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela Contratada;

7.1.6. A contratante poderá, a qualquer momento, exigir a troca do equipamento que não atenda às exigências dos serviços, sendo que a contratada terá um prazo de 72 horas para a substituição;

7.1.7. Deverá a Licitante considerar para efeito de formulação de sua proposta que a carga dos resíduos coletados percorrerá uma distância até a destinação final em aterro sanitário.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será permitido nenhum tipo de subcontratação.

9. DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO:

9.1. O MUNICÍPIO pagará à FORNECEDORA o valor de R\$ 2.261.334,40 (dois milhões e duzentos e sessenta e um mil e trezentos e trinta e quatro reais e quarenta centavos).

9.2. O pagamento será efetuado, até o 10º (décimo) dia útil subsequente ao do vencimento, por meio de Ordem de Pagamento.

9.3. 10.3 Sobre o valor da fatura não quitada na data de seu respectivo vencimento, incidirá juros de 0,5% (meio por cento) a.m., pro rata die, desde que solicitado pela Contratada, mediante comunicação escrita à Administração, constituindo-se por este ato a mora;

9.4. Quando do pagamento ao fornecedor, será efetuada eventual retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10. DO REAJUSTE:

10.1. Será admitido o reajuste do preço do produto com prazo de vigência igual ou superior a doze meses, mediante a aplicação do Índice de Preços para o Consumidor Amplo – IPCA, o mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, desde que seja observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da assinatura do contrato, para o primeiro reajuste, ou da data do último reajuste, para os subsequentes.

10.2. Se a variação do indexador adotado implicar em reajuste desproporcional ao preço médio de mercado para a presente contratação, a Contratada aceitará negociar a adoção de preço compatível ao mercado da região em que se situa o município;





Prefeitura Municipal de Monte Sião

Rua Maurício Zucato, 111 – Centro, Monte Sião/MG. CEP 37580-000
Telefone: (35) 3465-4600 – e-mail: prefeitura@montesião.mg.gov.br



10.3. Caso o fornecedor não solicite o reajuste até a data da prorrogação contratual, na pactuação do termo aditivo, ocorrerá a preclusão do direito, e nova solicitação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado na forma prevista neste contrato.

11. MEDIDAS CAUTELADORAS:

11.1 A Administração Pública Municipal poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

12. MEDIDAS CAUTELADORAS:

12.1. A inexecução total ou parcial do contrato, ou o descumprimento de qualquer dos deveres elencados no contrato, sujeitará a Contratada, garantidos o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal e nos moldes da Lei 14.133/2021, ou outro que venha a substituí-lo, às penalidades de:

- a) Advertência em razão do descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à lei, quando não se justificar a aplicação de sanção mais grave ou inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, quando não se justificar a aplicação de sanção mais grave;
- b) Multa:
 - i) Moratória de 1% por dia de atraso injustificado, sobre o valor mensal da contratação;
 - ii) Compensatória: entre 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução parcial ou total do objeto;
 - iii) Considera-se inexecução total do contrato o atraso superior a 30 (trinta) dias no cumprimento do prazo estabelecido no contrato ou entre as partes;
 - iv) A multa poderá ser descontada de pagamento eventualmente devido pela contratante decorrente de outros contratos firmados com a administração pública municipal;
 - v) A aplicação de multa moratória não impedirá que a administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato cumulada de outras sanções previstas na Lei federal nº 14.133, de 2021.
- Nota explicativa: Os percentuais fixados para a multa moratória e compensatória deverão levar em consideração as disposições da Lei n. 14.133/21. Competirá ao órgão/entidade contratante fixar os percentuais, conforme riscos envolvidos, princípios jurídico-administrativos, mormente a proporcionalidade, e as práticas de mercado.
- c) Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até três anos, a ser aplicada quando não se justificar a imposição de outra mais grave, àquele que:
 - i) Der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no inciso I do art. 155 da Lei federal nº 14.133/21, ou que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - ii) Der causa à inexecução total do contrato;
 - iii) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;





Prefeitura Municipal de Monte Sião

Rua Maurício Zucato, 111 – Centro, Monte Sião/MG. CEP 37580-000
Telefone: (35) 3465-4600 – e-mail: prefeitura@montesião.mg.gov.br



iv) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, no caso de:

i) a Contratada apresentar declaração ou documentação falsa para a celebração do contrato ou em sua execução;

ii) a Contratada fraudar a/ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

iii) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

iv) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do contrato;

v) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal n. 12.846/2013.

12.1.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções;

12.1.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

i) A natureza e a gravidade da infração cometida;

ii) As peculiaridades do caso concreto;

iii) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

iv) Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

12.2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021 ou outro que vier a substituí-lo.

12.3. As multas devidas e/ou prejuízos causados ao fornecedor serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

12.4. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

13. DA ALTERAÇÃO DE CONTRATO:

13.1. Este contrato poderá ser alterado, mediante Termo Aditivo, para melhor adequação ao atendimento da finalidade de interesse público a que se destina e para os casos previstos neste instrumento, sendo assegurada à Contratada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.

13.2. Caso, por razões de interesse público devidamente justificadas, o Contratante decida rescindir o contrato, antes do término do seu prazo de vigência, ficará dispensada do pagamento de qualquer multa, desde que notifique o , por escrito, com antecedência mínima





Prefeitura Municipal de Monte Sião

Rua Maurício Zucato, 111 – Centro, Monte Sião/MG. CEP 37580-000
Telefone: (35) 3465-4600 – e-mail: prefeitura@montesião.mg.gov.br



de 30 (trinta) dias;

13.3. Nesta hipótese, caso não notifique tempestivamente a Contratada, e desde que esta não tenha incorrido em culpa, o Contratante ficará sujeito ao pagamento de multa, segundo previsto no art. 413 do Código Civil, considerando-se o prazo restante para o término da vigência do contrato.

14. DA ALTERAÇÃO DE CONTRATO:

- 14.1.** O Contratante, visando o interesse público, poderá extinguir este contrato, sem qualquer ônus, em caso de descumprimento total ou parcial de qualquer cláusula contratual ou obrigação imposta ao fornecedor, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 14.2.** A Contratada, visando o interesse público, poderá rescindir o contrato a qualquer tempo, desde que notifique previamente o Contratante com o prazo anterior de 30 dias.
- 14.3.** A extinção por descumprimento das cláusulas e obrigações contratuais acarretará a execução dos valores das multas e indenizações devidos à Contratada, bem como a retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados, além das sanções previstas neste instrumento.
- 14.4.** Também constitui motivo para a extinção do contrato a ocorrência de qualquer das hipóteses enumeradas no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, que sejam aplicáveis a esta relação contratual.
- 14.5.** O procedimento formal de extinção contratual terá início mediante notificação escrita, entregue diretamente à Contratada, por via postal, com aviso de recebimento, ou endereço eletrônico.
- 14.6.** Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- 14.7.** O termo de rescisão deverá indicar, conforme o caso:
 - 14.7.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - 14.7.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - 14.7.3.** Indenizações e multas.

15. DA ALTERAÇÃO DE CONTRATO:





Prefeitura Municipal de Monte Sião

Rua Maurício Zucato, 111 – Centro, Monte Sião/MG. CEP 37580-000
Telefone: (35) 3465-4600 – e-mail: prefeitura@montesião.mg.gov.br



15.1. A fiscalização do presente contrato será exercida por um representante da Administração – Fiscal do Contrato, a ser constituído no Estudo Técnico Preliminar, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração.

15.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes e prepostos.

15.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome das pessoas eventualmente envolvidas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

15.4. A gestão e fiscalização do contrato seguirão as disposições da Lei n. 14.133/21 e os atos normativos regulamentares correspondentes.

15.5. As decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal do contrato deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

15.6. A Contratada poderá indicar um representante para representá-lo na execução do contrato.

16. DA ALTERAÇÃO DE CONTRATO:

16.1 Caberá ao Contratante providenciar, por sua conta, a publicação resumida do Contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), que é condição indispensável para a sua eficácia, conforme preceitua o art. 94 da Lei 14.133/2021.

17. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO (art. 6º, XXIII, “h”, da Lei 14.133/21)

17.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de empreitada de preço global (EPG).

17.2. O fornecimento do serviço será de forma integral.





Prefeitura Municipal de Monte Sião

Rua Maurício Zucato, 111 – Centro, Monte Sião/MG. CEP 37580-000
Telefone: (35) 3465-4600 – e-mail: prefeitura@montesião.mg.gov.br



18. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “i”, da Lei 14.133/21)

18.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 2.261.334,40 (dois milhões e duzentos e sessenta e um mil e trezentos e trinta e quatro reais e quarenta centavos).

19. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII, “j”, da Lei 14.133/21)

19.1. As despesas decorrente da presente contratação correrão à conta de recursos previstos nas seguinte dotações orçamentária:

19.1.1. O objeto deste documento está caracterizado no calendário de compras vigente, disponibilizado no início do ano de 2025, logo, conforme sabida necessidade de aquisição dos itens e demais imprescindibilidades previstas para o exercício atual, segue abaixo as especificações necessárias para o amparo orçamentário e estratégico do conteúdo em pauta:

Programa: 0037 – QUALIDADE DE VIDA; **Ação:** 2405 – Gestão e Distinção de Resíduos;

Ficha: 239 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; **Saldo atual:** R\$ 761.000.00,00 e

Programa: 0037 – QUALIDADE DE VIDA; **Ação:** 2405 – Gestão e Distinção de Resíduos;

Ficha: 238 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; **Saldo Atual:** R\$ 50.000,00.

Monte Sião, 14 de fevereiro de 2025.

Rogério Luiz Virgílio

Diretor de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente





PREFEITURA DE MONTE SIÃO

RUA MAURÍCIO ZUCATO, N 111 - CENTRO - CNPJ: 22.646.525/0001-31

MONTE SIÃO/MG - CEP 37580-000

FONE: (35) 3465 3053



CÓDIGO DE ACESSO

8E9DCB3B978D4AFD839823E7D82BE142

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://flowdocs.sgpcloud.net:9177/public/assinaturas/8E9DCB3B978D4AFD839823E7D82BE142>